

# Ambientalistas fazem novo alerta

■ Técnicos denunciam que projeto apoiado por ruralistas pode permitir o uso de até 75% das propriedades da Amazônia

São Gabriel da Cachoeira/AM - Rogério Reis - 1996

O coordenador do Instituto Socioambiental (ISA), João Paulo Capobianco, denunciou ontem que o desmatamento poderá chegar a 75% nas propriedades da Amazônia e a 90% nas áreas de cerrado, caso o Congresso aprove o projeto do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) que modifica o Código Florestal.

Segundo o coordenador do ISA - uma ONG ambiental - o projeto de Micheletto prevê que os estados poderão fazer seu próprio zoneamento ecológico e econômico e determina que as áreas preservadas em cada propriedade devem ser de no mínimo 25% na Amazônia caindo para apenas 10% nas áreas de cerrado. Ou seja, o projeto aumenta as áreas passíveis de desmatamento nessas regiões.

Se os estados não criarem seus próprios zoneamentos, cada propriedade terá de seguir os limites definidos pelo projeto de Micheletto: podem ser desmatadas até 50% da vegetação nativa nas propriedades que ficam na Amazônia, e 80%, nas áreas de cerrado.

Hoje o máximo de desmatamento permitido na Amazônia é de 20% em cada propriedade. Também preocupado com os limites propostos por Micheletto, Roberto Esmeraldi, diretor da ONG ambientalista Amigos da Terra, observa inicialmente que a idéia do zoneamento ecológico estadual é louvável: "O que não se pode é utilizar essa idéia para permitir um desmatamento ainda maior do que o previsto pela lei federal".

O zoneamento ecológico estadual, segundo Esmeraldi, serve para tornar mais flexível o uso das propriedades, de acordo, por exemplo, com a situação de cada uma em relação às zonas de produção ou de maior densidade de população. "Isto não quer dizer que temos que usar os mesmos critérios em áreas ainda bem preservadas".

Para João Paulo Capobianco, o governo começou a recuar no final de 1998 quando também por pressão da bancada ruralista reeditou a medida provisória de 96,



Já foram desmatados 550 mil km<sup>2</sup> da Amazônia Legal, o que representa 11% de toda a região

que alterava o código florestal e acabou baixando de 50% para 20% a área de proteção das propriedades do cerrado. "Também em 98 os ruralistas conseguiram revogar um dispositivo que obrigava os proprietários a recompor a área desmatada".

Os números de Capobianco so-

bre a natureza das propriedades da Amazônia Legal, divergem dos dados que têm sido apresentados pelos ruralistas: segundo o ambientalista, na Amazônia Legal, que compreende a floresta e a área de cerrado, 11% da área já está totalmente desmatada e 28% compreendem áreas de proteção e re-

serva indígena. A maior parte das terras, os 61% restantes, abrange as propriedades que têm algum tipo de vegetação e que são objeto dos novos limites de desmatamento permitido, definidos pelo projeto do deputado Micheletto, aprovado por uma comissão especial do Congresso.

## MP: "A modificação é um desastre"

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

BRASÍLIA - O subprocurador-geral da República, Roberto Gurgel, coordenador da 4ª Câmara (Meio Ambiente) do Ministério Público Federal, disse ontem ao JORNAL DO BRASIL que é "um desastre", do ponto de vista ambiental, qualquer modificação do atual Código Florestal, no que se refere à ampliação de áreas passíveis de desmatamento na Amazônia.

A 4ª Câmara da Procuradoria-

geral da República (PGR) está acompanhando a votação do substitutivo do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), que modifica o atual Código, e já tem posição firmada. De acordo com Roberto Gurgel, falando em nome da Câmara da PGR, o Código Florestal é "muito bom, um diploma legal de qualidade, que precisa apenas ser melhor aplicado".

A seu ver, "a grande maioria das modificações propostas no substitutivo em debate no Congresso, de

interesse óbvio da chamada bancada ruralista, é negativa". O subprocurador-geral da República informou que a 4ª Câmara não tem ainda posição quanto à possibilidade de propor ao chefe do Ministério Público, Geraldo Brindeiro, uma ação de inconstitucionalidade, caso o substitutivo venha a ser aprovado.

**Patrimônio** - Gurgel reconhece que - se a questão se apresentar - pode-se chegar a discutir a inconstitucionalidade da modificação que os ruralistas

pretendem fazer no Código Florestal, com base no parágrafo 4º do artigo 225 da Carta.

Diz esse parágrafo: "A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á na forma da lei (no caso, o Código Florestal), dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso de recursos naturais".

## Ruralistas estranham reação

MARIA LÚCIA DELGADO

BRASÍLIA - A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) - aliada aos parlamentares da bancada ruralista - assegura que a reação contrária ao relatório do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) sobre o Código Florestal é desproporcional aos efeitos que, de fato, a medida poderá ter no meio ambiente caso seja aprovada pelo Congresso Nacional. Os ruralistas garantem que há disposição para negociar com o governo em alguns pontos, mas não pretendem ceder em relação à porcentagem fixada no relatório, para que 50% das propriedades particulares da Amazônia e 80% das áreas do Cerrado sejam utilizadas para exploração a corte raso.

As entidades ambientais defendem o anteprojeto elaborado pelo Conselho Nacional do Meio Am-

biente (Conama), em que apenas 20% das áreas da Amazônia e 65% das propriedades do Cerrado poderiam ser utilizadas para outros fins. O restante seria área de preservação permanente. O presidente Fernando Henrique Cardoso já anunciou que veta a versão aprovada pela comissão especial, com a pressão da bancada ruralista, mas o aviso não impedirá o lobby no Congresso.

**Polêmica** - "É uma grande mentira quando dizem que 50% da área da Amazônia será desmatada. Apenas 23% do território da Amazônia está nas mãos da iniciativa privada. O relatório de Micheletto permite o desmatamento de metade disso, o que corresponderia a pouco mais de 11%", justificou Assuero Veronez, presidente da comissão de meio ambiente da Confederação Nacional da Agricultura. "É claro que vamos ter

que negociar com o governo, sentar e ver onde é possível se fazer uma concessão", completou.

"Eu não nego princípios. O governo e o partido me conhecem. Nada nos impede de derrubar o veto do presidente. Essas coisas não nos intimidam", avisou o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR). Ele garante que "mais de 300 deputados são simpatizantes" do relatório de Micheletto. Segundo Caiado, "ninguém tem dificuldade de negociar", desde que o governo não queira apenas ceder aos argumentos e cobranças internacionais.

**Direito** - Segundo Veronez, os agricultores apenas querem garantir o direito de usar metade de suas terras, "dentro de regras e da vocação de cada tipo de solo". "Desde 1996 uma medida provisória im-

pôs que 80% das terras são de preservação ambiental, o que consideramos um absurdo", afirmou o representante da CNA, lembrando que 42% da Amazônia correspondem a terras devolutas e arrecadadas pelo Incra, 21% são áreas indígenas e pouco mais de 11% são unidades de conservação.

"O produtor quer trabalhar dentro da legalidade. O zoneamento ecológico será um instrumento para identificar a vocação dos solos e nós queremos discutir dentro de critérios técnicos e científicos", completou Assuero Veronez. O deputado Caiado acha que o governo brasileiro está intimidado por organizações não governamentais (ONGs) que representam interesses internacionais.

Mais Código Florestal na coluna Terra Viva, na página 12.